

# Resumo de notícias econômicas

18 de junho de 2021 (sexta-feira)

Ano 3 n. 113

Núcleo de Inteligência da Sedet



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E TRABALHO

# PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 18 DE JUNHO DE 2021

## O bom ritmo de atividade da indústria

### Broadcast

A despeito da queda de 1,3% do faturamento real em abril na comparação com março, a atividade industrial continua a crescer. Os indicadores específicos da atividade produtiva subiram no mês. São variáveis como horas trabalhadas na produção e utilização da capacidade instalada. Também cresceram os indicadores relacionados ao mercado de trabalho (nível de emprego, massa salarial real e rendimento mensal médio).

Com esse conjunto de variáveis, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) considera que “a atividade industrial segue elevada”, como afirma seu boletim Indicadores Industriais de abril. Embora tenha caído 1,3% em relação a março, o faturamento real da indústria em abril foi 46,3% maior do que o de um ano antes (pior mês durante a pandemia) e, no acumulado dos quatro primeiros meses do ano, é 15,4% maior do que o de 2020.

A CNI observa que, nos últimos meses, o faturamento real vem oscilando, com altas e quedas. Em fevereiro, caiu 4,1%, mas em março aumentou 3,1%. Assim, está em nível próximo ao registrado em setembro de 2020, mês em que terminou a sequência de altas consecutivas desde o início da recuperação, em maio. Apesar das oscilações, o indicador do faturamento real continua em nível elevado, diz a entidade da indústria nacional.

As horas trabalhadas aumentaram 0,7% em abril e 12,4% no acumulado dos quatro primeiros meses do ano. Em resposta, o emprego industrial aumentou 0,3% no mês e 1,8% no primeiro quadrimestre. O nível de emprego vem crescendo há nove meses consecutivos. Para os trabalhadores, o resultado foi o aumento da massa salarial real no mês, de 1,6%, embora o resultado do quadrimestre tenha sido negativo (-1,0%). Desempenho semelhante foi observado no rendimento real médio, com aumento de 1,6% no mês e redução de 2,7% no quadrimestre.

Apesar do recrudescimento da pandemia, a utilização da capacidade instalada chegou a 82,3%, bem acima da registrada em abril de 2020, de 69,7% “Todo esse movimento, com utilização da capacidade instalada elevada e crescimento constante no emprego, é resultado do rápido crescimento do segundo semestre do ano passado e da resiliência na indústria nos primeiros meses do ano”, diz o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo.

## **Open Banking**

### **Broadcast**

Com ideia de entrar no fluxo de troca de informações de clientes que virá na próxima fase do openbanking, o Guiabolso aguarda resposta do Banco Central para ser um iniciador de pagamento e, assim, fazer parte do sistema financeiro. O plano é ampliar o escopo dos serviços oferecidos e ter acesso a um histórico maior e ao fluxo de informações que passará a ser trocado sobre clientes, com o ingresso do sistema financeiro no openbanking.

Nascida como uma consultora financeira no celular, a empresa oferece serviços que, de certa forma, anteciparam as inovações do

openbanking. Para organizar a vida financeira, sempre teve acesso a extratos, faturas de cartão, cadastros, saldos, limites, investimentos de seus 6 mil usuários, em três grandes bancos e três maiores fintechs.

O Guiabolso também produz matrizes de análise, o que tem atraído instituições que querem acelerar esses processos internamente. O Banco Pan, por exemplo, fechou parceria com a empresa para ter acesso à sua base de dados e análises, para buscar eficiência nas operações de crédito nas classes CDE. O Guiabolso tem 15 parcerias do tipo com instituições menores e diz que poderá alcançar 40 até o fim do ano.

## **Pernambucanas avança no Norte e no Nordeste**

### **O Estado de S. Paulo**

Varejo. Investimento da rede em novas lojas deve ser de R\$ 170 milhões em 2021, sendo cerca de um quarto do total nas duas regiões; presidente da empresa, Sérgio Borriello afirma que investir em momentos de crise é mais vantajoso e garante melhores negociações

A Pernambucanas decidiu deslanchar o plano de expansão para se tornar uma varejista nacional em até cinco anos. A rede inaugura lojas nas regiões Norte e Nordeste. Com isso, passa a estar presente em 12 Estados e no Distrito Federal. A meta para este ano é ter ao menos dez lojas nas duas regiões, de 42 programadas. A rede deve fechar 2021 com um total de 454 pontos de venda. O investimento em expansão para 2021 é de cerca de R\$ 170 milhões, dos quais Norte e Nordeste devem ficar com quase um quarto.

No ano passado, a receita da companhia atingiu R\$ 3,8 bilhões, queda de 10% em relação a 2019, levando-se em conta as mesmas lojas. Em 2020, foram abertas 38 lojas, e não houve encerramento definitivo de

pontos de venda, mesmo com as dificuldades impostas pelo isolamento social. O presidente da varejista, Sérgio Borriello, admite que a pandemia “atrasou um pouco o plano de nacionalizar a companhia”. Apesar da queda no poder de compra do brasileiro no último ano, o que tira a atratividade do mercado de consumo – sobretudo em regiões mais pobres como Norte e Nordeste –, o executivo afirma que a renda do consumidor é apenas um dos fatores considerados na expansão. O executivo ressalta que investir em momentos de crise é bem mais vantajoso do que em períodos de bonança. Isso porque os custos de aluguel e outras despesas para se estabelecer em novas praças geralmente são menores. “O contrafluxo do investimento é importante para determinar o seu retorno.”

Até dezembro, estão programadas mais duas lojas no Tocantins, em Araguaína e na capital Palmas. Na Bahia, serão abertos três pontos de venda em Salvador e mais três nos municípios de Teixeira de Freitas, Eunápolis e Vitória da Conquista. O alvo são cidades com mais de 70 mil habitantes. Depois da Bahia e do Tocantins, a companhia avalia Amazonas e Sergipe, além da possibilidade de criar um centro de distribuição no Nordeste. Também tem planos de chegar a Pernambuco em 2022.

Apesar de o nome da rede fazer menção ao Estado do Nordeste, a Arthur Lundgren Tecidos, que dividiu a marca Pernambucanas com Lundgren Irmãos Tecidos – falida em 1997 –, nunca teve lojas na região. Na época da reestruturação societária, a empresa que quebrou tinha ficado com a operação no Rio de Janeiro e no Nordeste, e a Arthur Lundgren Tecidos com os negócios no Sul, no Centro-Oeste e em São Paulo.

Em 2019, a Arthur Lundgren Tecidos voltou a operar com a Pernambucanas no Rio de Janeiro e agora está indo para o Nordeste. A

decisão da Pernambucanas de fincar bandeira em outras regiões está relacionada com a discussão trazida pela pandemia sobre capilaridade e adensamento nos planos de expansão de varejista, avalia o presidente da Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC), Eduardo Terra.

Com o avanço da venda digital, muitas companhias começaram a se perguntar se seria eficiente abrir mais lojas em praças onde elas já estão ou buscar novas localidades. Quando uma varejista abre novas regiões onde a competição é menor, ela potencializa a venda digital. Isso porque passa a ter uma base física que permite a compra no online e a retirada na loja, explica Terra. E o ponto de venda pode começar a funcionar, como uma espécie de minicentro de distribuição para e-commerce.

### **Startup britânica de seguros Tractable chega ao País.**

#### **Broadcast**

A startup britânica Tractable, que usa inteligência artificial (IA) para ajudar seguradoras a acelerar o processo de reparo de carros após acidentes, anunciou ontem um aporte de US\$ 60 milhões – com o novo cheque, a empresa afirma que atingiu o status de unicórnio (avaliação de US\$ 1 bilhão). Além de turbinar a tecnologia e investir em mais produtos, parte dos novos recursos será usada para abrir uma operação no Brasil.

A rodada foi liderada pela Insight Partners e pela Georgian. Fundada em 2014, a Tractable atua em 13 países – ao todo, tem cerca de 20 seguradoras parceiras, entre elas nomes como Geico, Ageas e Sampo Japão. Usando visão computacional, a startup acelera a avaliação de danos em acidentes de veículos. A IA reconhece sem auxílio humano quais partes do carro foram danificadas e calcula os custos do reparo – a startup

afirma que processa milhões de sinistros por ano na parte de seguros de automóveis.

“A partir da filmagem do carro, a IA consegue identificar quais partes do veículo estão danificadas e calcular o custo do reparo”, explicou Bruno Ferreira, que é head mundial de vendas na Tractable. “Com essa tecnologia, em vez de esperar um mês para o orçamento ser feito na oficina e depois o veículo ir para o reparo, aceleramos o processo para uma semana.”

Com o aporte, um dos planos da startup é ir além dos carros: uma das áreas que estão no radar é a de seguro de casas. A empresa começará a operação no País ao lado de seus clientes globais que operam por aqui – mas conversas com seguradoras locais também já começaram, diz Ferreira. “É um mercado com alta quantidade de sinistros. Já começamos o recrutamento em São Paulo e devemos começar a operar no segundo semestre”, afirma ele.

## **JBS paga quase US\$ 1 bi por grupo britânico**

### **Broadcast**

A JBS informou, no fim da tarde de ontem, que a Pilgrim’s Pride, sua controlada, assinou acordo para adquirir os negócios de alimentos do Kerry Group no Reino Unido e na Irlanda. O valor do negócio chega próximo da marca de US\$ 1 bilhão.

“A operação fortalece a posição da companhia como uma das empresas líderes na indústria de alimentos na Europa”, disse o grupo de alimentos, em nota. O negócio vem para reforçar a estratégia global da gigante dos alimentos brasileira, que recentemente também fez uma aquisição na área de carne suína na Austrália.

De acordo com a JBS, o conselho de administração da Pilgrim's aprovou o negócio, avaliado em mais de US\$ 950 milhões (ou cerca de R\$ 4,75 bilhões). Entre as marcas comercializadas pelo Kerry Group, estão Denny, Richmond e Fridge Raiders. O presidente global da JBS, Gilberto Tomazoni, disse, em comunicado, que a aquisição reforça a plataforma da empresa na Europa e a capacidade de inovação para atender às necessidades dos clientes.

A aquisição inclui a Kerry Meats, líder na produção de alimentos à base de carnes e produtos prontos para o consumo no Reino Unido e na Irlanda, e a Kerry Meals, líder na produção de refeições prontas congeladas e resfriadas no Reino Unido. Combinados, os negócios registraram cerca de US\$ 1 bilhão em receita durante 2020 e empregam mais de 4,5 mil funcionários. De acordo com a JBS, a conclusão desta aquisição é esperada para o quarto trimestre de 2021 e está sujeita a aprovações regulatórias.

## **UMA AGENDA OBRIGATÓRIA**

### **O Estado de S. Paulo**

Cresce a demanda da sociedade e de investidores pelas questões ambientais, sociais e de governança nas empresas. Questões ambientais, sociais e de governança (ESG) deixaram de ser uma opção para as empresas conduzirem seus negócios para ser um ponto crucial, tanto para a perenidade da corporação quanto para responder a uma demanda cada vez maior da comunidade e dos investidores, que têm cobrado uma postura mais sustentável do mundo empresarial. Para especialistas, a pandemia ajudou a colocar em evidência a necessidade de as empresas trabalharem esses pontos, mas concluem que muitas companhias ainda

precisam sair do campo das intenções para colocar o ESG em prática. Para isso, é relevante que o tema esteja na mesa da mais alta cúpula da administração.

O vice-presidente de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Vivo, Renato Gasparetto, afirma que as questões ESG antes eram, de fato, mais na esfera ativista, mas que hoje passaram a fazer parte da “jornada de efeitos práticos”. “No caso da Vivo, o ESG passou a ser um diferencial de quais investimentos a empresa vai fazer ou não”, comentou ontem o executivo, durante o penúltimo dia do Summit ESG, evento online promovido pelo Estadão.

A diretora da Global Reporting Initiative (GRI) no Brasil, Glauca Terreo, destaca que a grande dificuldade das empresas ao fazerem seus relatos de sustentabilidade é entender o objetivo desses documentos que trazem informações ESG. “O mercado está trabalhando com essas informações. A empresa tem de trabalhar seus impactos e controlar a questão planetária e ser competitiva ao mesmo tempo”, afirma a especialista, lembrando que as questões relacionadas à temática ESG precisam estar sob os cuidados da mais alta cúpula da corporação, ou seja, o conselho de administração.

A visão, ainda, é de que a pandemia escancarou a necessidade de toda a comunidade e empresas sobre as questões ESG, algo que poderá acelerar medidas práticas em torno do assunto. “É preciso sair do estado de alerta e agir. A pandemia trouxe um sinal de alerta sobre nossa interdependência e vulnerabilidade e de que não estamos acima da natureza”.

Ponto relevante na questão ESG, a diversidade, segundo a economista e consultora independente para inclusão Dulcejane Vaz, precisa estar alinhada ao propósito da empresa.

Segundo a especialista, para o movimento de diversidade avançar é preciso criar aspirações dentro da empresa. “Diversidade gera criatividade, que vai gerar inovação se houver inclusão de fato”, diz. Segundo ela, as cotas utilizadas para compor cargos por mulheres e negros, por exemplo, são importantes, mas se trata de uma medida transitória, de forma a se fazer uma compensação histórica.

O tema ganhou os holofotes no mundo corporativo, mas precisa também estar na agenda dos governos em todas as esferas. O secretário executivo do Iclei – Governos Locais pela Sustentabilidade – na América do Sul, Rodrigo Perpétuo, aponta que os governos precisam conhecer esses impactos. “É importante gerar ou adaptar leis incorporando a sustentabilidade como critério, de forma que o tema consiga atravessar o tempo dos governos”.

## **MP da Eletrobrás pode gerar custo de R\$ 84 bi a consumidor**

### **O Estado de S. Paulo**

Repleta de “jabutis” – emendas incluídas no texto original por parlamentares –, a medida provisória que viabiliza a privatização da Eletrobrás foi aprovada pelo Senado e pode resultar num custo extra de R\$ 84 bilhões aos consumidores de energia elétrica. Entre outros pontos, o texto aumentou a quantidade de energia de usinas térmicas a gás que a União será obrigada a contratar. O dispositivo prevê que as usinas devem estar localizadas mesmo em locais onde não há reservas ou infraestrutura de abastecimento. Na prática, será necessário construir gasodutos para

levar gás até elas, que poderão ser pagos pelos consumidores por meio das tarifas. A proposta aumenta de 6 mil megawatts (MW) para 8 mil MW o volume de energia que vai ser contratado de térmicas a gás. A alteração beneficia Estados do Sudeste, que não estavam contemplados com o texto da Câmara. Como houve mudanças por parte dos senadores na versão aprovada primeiro pelos deputados, o texto voltará à Câmara.

O governo, por outro lado, afirma que a privatização da Eletrobrás pode reduzir a conta de luz em até 7,36%, sem detalhar como o cálculo foi feito. Como houve mudanças por parte dos senadores na versão aprovada primeiro pelos deputados, o texto precisará ser novamente analisado na Câmara. A votação está prevista um dia antes de a MP perder a validade. De acordo com o deputado Elmar Nascimento, relator da matéria na Casa, os deputados vão manter o texto do Senado. “Foi tudo acordado”, disse.

Hoje, a União tem pouco mais de 60% das ações da Eletrobrás e controla a estatal. Com a emissão de novas ações da companhia, essa fatia será reduzida para cerca de 45%. Será a primeira privatização do governo Bolsonaro. Até agora, a equipe liderada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, não conseguiu vender nenhuma empresa de controle direto da União. Ao contrário, criou a NAV, ligada à área militar e responsável pela navegação aérea.

Enviada pelo governo em 23 de fevereiro, a proposta é uma das prioridades do Executivo e aposta da área econômica para ampliar investimentos da empresa, que é a maior companhia de energia elétrica da América Latina. Anteriormente, a equipe de Bolsonaro tentou viabilizar a operação por meio de um projeto de lei, que não avançou.

O governo negociou com sua base para garantir a aprovação do relatório apresentado pelo relator, Marcos Rogério, que não apenas

manteve os “jabutis” da Câmara como incluiu outros no Senado. Nesse esforço, o governo precisou aumentar os benefícios para diversas bancadas para obter apoio à proposta. Em seu relatório, Rogério aumentou a quantidade de energia de usinas térmicas a gás que a União será obrigada a contratar. O dispositivo é um dos mais criticados por entidades do setor, por prever que as usinas devem estar localizadas mesmo em locais onde não há reservas ou infraestrutura. Na prática, será necessário construir gasodutos a custos bilionários para levar gás até elas, que poderão ser pagos pelos consumidores por meio das tarifas.

A proposta aumenta de 6 mil megawatts (MW) para 8 mil MW o volume de energia que vai ser contratado de térmicas a gás. A alteração beneficia Estados do Sudeste, que não estavam contemplados. O texto do Senado ainda detalha a localização das térmicas, preferencialmente em capitais, regiões metropolitanas e Estados sem qualquer ligação de gás. As regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste também serão atendidas. Para essas regiões, a entrega de energia deverá acontecer entre 2026 e 2028, com período de fornecimento de 15 anos.

A proposta mantém a permissão da prorrogação dos contratos das usinas contratadas no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa). Com o vencimento dos contratos, as usinas teriam de disputar leilões de energia velha e reduzir seus custos. A MP vai permitir que elas tenham as outorgas estendidas a preço de energia nova – que inclui o valor da construção de empreendimentos, embora elas já estejam prontas.

Entre as propostas do Senado, foi acatada a que prevê que os diretores do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) deverão passar por sabatina no Senado, como acontece com diretores da Agência

Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Diferentemente dos dirigentes dos órgãos reguladores, os diretores do ONS não cumprem mandatos e podem ser demitidos a qualquer momento, exceto o diretor-geral.

## **‘BC terá de normalizar a taxa de juros completamente’**

### **Broadcast**

Para Luiz Fernando Figueiredo, sócio da gestora Mauá Capital e ex-diretor de política monetária do Banco Central, o aumento da taxa básica de juros de 0,75 ponto porcentual está em linha com o processo de subida de juros iniciado pelo Banco Central no começo do ano. Segundo ele, a decisão indica uma posição de “firmeza” da autarquia, que busca elevar a meta da Selic para conter o aumento da inflação dos últimos meses.

Figueiredo afirma que a disparada nos preços no Brasil está relacionada a um choque de custos global, puxado principalmente pela elevação das commodities. A situação tende a ser passageira, mas deve levar tempo para se normalizar, à medida que a economia dos países se recupera da pandemia. Nesse ambiente, segundo ele, os Bancos Centrais e os governos precisam ficar atentos para reduzir os estímulos monetários e fiscais, para evitar uma inflação ainda mais elevada. “As expectativas sobre a inflação ainda estão dentro do esperado, mas é preciso tomar cuidado para não descolarem da meta do ano que vem”, afirma ele na entrevista a seguir.

### **• Qual o desafio do Banco Central em responder à pressão inflacionária?**

Na minha visão, o aumento da inflação é um fenômeno mundial, que ainda não se encerrou. À medida que (a economia) vai normalizando, a demanda de alguns produtos e serviços cresce, e a procura por outros

itens cai. Mas o mundo ainda vive um nível de desemprego elevado. Uma vez que a economia se normalize completamente, é difícil acreditar que o processo inflacionário se mantenha muito forte.

- **Por quê?**

Porque o desemprego é tão alto, que impede uma alta de preços elevada. A dúvida que existe hoje é se o desemprego vai sumir rapidamente. Se isso acontecer, realmente pode ter uma situação de superaquecimento e um processo inflacionário mais vigoroso. O cenário de hoje não é este. É o primeiro cenário: o desemprego ainda alto e os choques de preços muito intensos.

- **Como o Banco Central pode responder a esses choques?**

O Banco Central consegue ajustar a demanda, mas, sobre os choques de aumento de custo, não há muito o que fazer. Não existe instrumento para agir contra isso. Nenhum Banco Central no mundo tem. Só que esses choques tendem a ser temporários.

- **Como fica a situação do Brasil?**

No caso brasileiro, diria que o desafio é maior porque os choques de preços foram mais acentuados do que a média no mundo, até por causa da nossa fragilidade fiscal. Mas, por outro lado, o nosso desemprego não tende a se reduzir muito fortemente.

- **Por que não?**

O Brasil já tinha um desemprego alto antes da pandemia. E acredito que muitas empresas aprenderam a trabalhar com menos pessoas. O custo de empregar e desempregar é muito alto. O mercado de trabalho é rígido. A tendência é (a empresa) trabalhar o máximo que puder sem empregar mais, o que acaba postergando a recuperação do emprego.

- **Nesse sentido, o risco de inflação mais acelerada é menor?**

O risco de superaquecimento é menor. O risco é muito mais de haver tantos choques de custos que isso acabe gerando um processo de bola de neve. As expectativas sobre a inflação ainda estão dentro do esperado, mas é preciso tomar cuidado para não se descolarem da meta do ano que vem. Um desafio importante para o Banco Central é controlar as expectativas. A gente precisa ter choques menos frequentes e intensos para que isso aconteça. A verdade é que, semana a semana, a gente vê as expectativas se distanciando da meta do Banco Central. O desafio é controlar minimamente isso.

- **Como controlar?**

Dar choques (de aumento de juros acima do esperado) um atrás do outro é contraproducente. O Banco Central já surpreendeu o mercado várias vezes ao longo desse processo. Ele tem que mostrar que está firme e disposto a fazer o que for necessário.

- **Como avalia a resposta da política monetária até aqui?**

Tivemos tantos choques, e agora temos essa crise hídrica que trouxe mais inflação. E parece que ela levará mais tempo para normalizar. É muito difícil um Banco Central controlar as expectativas quando há um choque atrás do outro. O lado positivo é que o risco fiscal, pelo menos no curto prazo, baixou. O teto de gastos foi respeitado. Temos um orçamento que está mais para o responsável do que para o irresponsável. A arrecadação aumentou, e o governo segurou gastos. Esse era um impacto relevante que atrapalhava o Banco Central.

- **O aumento da taxa Selic está em nível adequado?**

Para se mostrar firme, o Banco Central não deve aumentar o passo. Porque (a elevação de 0,75 ponto percentual) já é um passo largo. Não é extraordinário, mas está acima do normal, que seria de 0,50 ponto. Vejo

que o Banco Central pensava em normalizar a política monetária parcialmente. A meu ver ele vai ter que abandonar isso. Dado a esse processo inflacionário, vai ter que normalizar completamente. O que quer dizer não dar nenhuma paradinha (no aumento de juros) e ir para uma Selic em 6,50% ou 7% com certa velocidade.

- **O Banco Central subestimou a inflação quando manteve o juro em 2%?**

Agora é fácil dizer. Mas, desde 2002, a gente não tem essa quantidade de choques (de custos). Era difícil supor que haveria essa pressão quando a taxa Selic foi para 2%. A expectativa de inflação no ano passado era bem abaixo da meta.

- **O que pode afetar a política monetária nos próximos meses?**

O primeiro ponto é a dinâmica da pandemia: o quanto a economia no mundo está indo ou não para a normalidade. À medida que isso ocorre, é cada vez menos correto manter o volume de estímulos fiscais e monetários. Tem que haver uma mudança nessas políticas. Quanto mais se demorar para fazer essa mudança, maior risco de inflação mais elevada.

- **Preços em alta**

“O risco é muito mais de haver tantos choques de custos que isso acabe gerando um processo de bola de neve. As expectativas sobre a inflação ainda estão dentro do esperado, mas é preciso tomar cuidado para não se descolarem da meta do ano que vem. Um desafio importante para o BC é controlar as expectativas.”

*Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.*

**Assessoria de Comunicação – Sedet**

**Fone: (85) 3444.2900**

**[www.sedet.ce.gov.br](http://www.sedet.ce.gov.br)**

# MERCADOS E ÍNDICES SELECIONADOS

DADOS DEMOGRÁFICOS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Área Km2	148.894	-	8.510.295	
População	9.187.103	57.374.243	211.755.692	
Dens demográfica hab/km2	56,76		22,43	

Fonte: IBGE

INDICADORES SOCIAIS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Índice de GINI:	0,6193	0,6277	0,6086	
Renda domiciliar per capita R\$	942	-	2.398,00	
Expectativa da Vida	74,1	-	76,7	2017
IDH	0,68	-	0,765	2010

Fonte: IBGE

DADOS ECONÔMICOS				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
PIB	R\$ 156,1 BI	-	R\$ 6,90 TRI	2020
Saldo da Balança Comercial (Em Mi US\$)	-318,8 (12º)	-	7.907,8	Jan-Mar/2021
Estoque do Volume de Crédito	87,76 BI		4,05 TRI	Fev/2021
INFLAÇÃO		NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Meta	-	-	3,75	2021
IPCA (Acumulado no Ano)	3,36		2,37	04/2021

Fonte: Banco Central, ME e IBGE

MERCADO DE TRABALHO				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Contratações	150.989	812.613	6.406.478	Jan-Abr/2021
Demissões	130.963	724.037	5.448.589	Jan-Abr/2021
Saldo de Empregos Gerados	20.026	88.576	957.889	Jan-Abr/2021
Desocupação (%)	14,4	17,2	13,9	4 TRI 2020
Nível de Ocupação (%)	42,8	41,6	48,9	4 TRI 2020
População em Idade de Trabalhar	7.620 (100%)	46.767 (100%)	176.362(100%)	4 TRI 2020
Força de Trabalho (mil)	3.808 (50%)	23.484 (50%)	100.104 (57%)	4 TRI 2020
Ocupada (mil)	3.260	19.455	86.179	4 TRI 2020
Desocupada (mil)	548	4.029	13.925	4 TRI 2020
Fora da Força de Trabalho (mil)	3.812 (50%)	23.283 (50%)	76.258 (43%)	4 TRI 2020

Fonte: IBGE e ME

Total de Empresas Ativas -2021				
INDICADOR/REGIÃO	CEARÁ	NORDESTE	BRASIL	PERÍODO
Empresas Ativas	600.790	3.462.249	19.907.733	2020

Fonte: ME

Abertura/Fechamento de Empresas – Ceará -2018 a 2021					
Especificação	Total do Ano			2021	
	2018	2019	2020	Maio	Até Maio
	Abertura	69.981	84.948	89.084	8.455
Fechamento	71.796	31.501	27.463	2.735	14.638
Saldo	-1.815	53.447	61.621	5.720	31.048

Fonte: JUCEC

CONDEC – 2020 e 2021				
Quantidade	Protocolos (Atraídos)		Resoluções (Implantados)	
	2020	2021 (Até Maio)	2021	2021 (Até Maio)
Investimentos Privados Projetados (R\$)	881.278.406,90	66.902.080,54	165.696.341,37	48.222.455,48
Emprego Direto Projetados	7296	1297	1965	10

Fonte: ADECE

PECEM – Total de Movimentação de Cargas (Toneladas) – 2018 a2021					
Período	Total do Ano			2021	
	2018	2019	2020	Abril	Até Abril
		17.214.859	18.096.308	15.930.483	1.755.051

Fonte: CIPP